

A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA E A SUA PRÁTICA

Gladis Maria de Barcellos ALMEIDA¹

- **RESUMO:** A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) vem se constituindo em referência teórica em grande parte das pesquisas terminológicas realizadas no Brasil. Entretanto, percebe-se que, apesar de a TCT ser bastante citada em projetos terminológicos, a metodologia empregada em vários desses projetos revela uma orientação teórica muitas vezes oposta à TCT. Revisitaram-se, então, os princípios fundadores da TCT, procurando vinculá-los a uma prática terminológica coerente. Elegeram-se, como cenário ideal, a elaboração de um dicionário especializado e apresentaram-se todas as etapas metodológicas constitutivas da sua elaboração, tais como: a organização do *corpus*, a elaboração do mapa conceitual, o planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas, a redação das definições, a organização do verbete e a configuração da macroestrutura. Cada uma dessas etapas foi detalhada, procurando-se fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto da TCT, uma teoria terminológica descritiva de base lingüística. O que se conclui é que adequadas escolhas metodológicas podem tornar a prática terminológica coerente com os princípios que regem a TCT.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Teoria Comunicativa da Terminologia; terminologia descritiva; terminografia; dicionário especializado.

Desde os anos 1990, vem-se questionando a insuficiência dos postulados da terminologia clássica, a chamada Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Eugen Wüster, como orientação teórica e metodológica para a geração de produtos terminológicos. Novos paradigmas foram propostos a partir de então. Desses, merece destaque a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), cujo ideário vem sendo alinhavado desde então pelo IULATERM,² capitaneado por Maria Teresa Cabré.

¹ UFSCar – Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Letras – 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Endereço eletrônico: gladis@power.ufscar.br

² Grupo de pesquisa do Instituto Universitário de Lingüística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha), criado em 1994, que se ocupa de pesquisas relacionadas a: Léxico, Terminologia, Discurso Especializado e Engenharia Lingüística (<http://www.iula.upf.edu/iulaterm/tpreses.htm>).

É sobretudo em Cabré (1999)³ que vamos encontrar os pilares teóricos e metodológicos a partir dos quais está assentada a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a qual ainda é objeto de reflexão, como se pode observar no artigo intitulado “Theories of Terminology - their Description, Prescription and Explanation”, publicado em 2003 na revista *Terminology* (v.9, n.2, p.63-199).

A TCT, em pouco tempo, passou a ser referência teórica em grande parte das pesquisas terminológica realizadas no Brasil. No contexto dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, muitas dissertações e teses foram (e ainda são) escritas tendo a TCT como embasamento teórico.

Essa grande influência da TCT no Brasil não é sem razão, haja vista que uma teoria descritiva de base lingüística parece ser muito mais adequada ao contexto brasileiro: país monolíngüe com grande variedade dialetal. Só mesmo uma teoria descritiva para dar conta das especificidades das terminologias aqui praticadas.

Apesar de a TCT constituir-se na principal fundamentação teórica das pesquisas terminológicas realizadas no país, há ainda um elo frouxo entre teoria e prática. Em outras palavras, optar teoricamente pela TCT implica em fazer determinadas escolhas metodológicas durante todas as etapas de construção de um produto terminológico (glossário, dicionário, mapa conceitual, listas de termos com ou sem equivalência, etc.), etapas que incluem desde a elaboração do *corpus* até a organização do verbete.

O que se observa, muitas vezes, é que apesar de o embasamento teórico da pesquisa ser a TCT, a prática terminológica ainda se aproxima muito da concepção clássica da terminologia, que estabelece algumas características fundamentais: a) a prioridade do conceito em detrimento do termo; b) a precisão do conceito, o que retoma, de certo modo, a eliminação da ambigüidade e a busca da univocidade; c) a conseqüente abordagem onomasiológica, já que toda a atividade terminológica parte do conceito; d) a proeminência do nível lexical em detrimento dos demais níveis de descrição lingüística (morfológico, sintático, textual, discursivo); e finalmente; e) a prescrição.

Evidente que uma determinada metodologia acaba explicitando esta ou aquela teoria. Um projeto terminológico vinculado teoricamente à TCT deve refletir na sua prática os seguintes pressupostos gerais:

- a) o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos. Eleger as unidades como objeto central significa reforçar uma perspectiva lingüística e uma abordagem semasiológica;

³ Essa obra reúne uma coletânea de artigos da autora escritos entre 1992 e 1999, os quais explicitam as reflexões acerca da Terminologia enquanto disciplina teórica e aplicada, reflexões motivadas pelos trabalhos descritivos em terminologia, cujos procedimentos e resultados não se coadunavam com a Teoria Geral da Terminologia (TGT)

- b) não há uma diferença *a priori* entre termo e palavra, o que há são signos lingüísticos que podem realizar-se no discurso como termo ou palavra dependendo da situação comunicativa:

... we postulate that a lexical unit is by itself neither terminological nor general but that it is general by default and acquires special or terminological meaning when this is activated by the pragmatic characteristics of the discourse. [...] Any lexical unit would thus have the potential of being a terminological unit. (CABRÉ, 2003, p.189-190)

- c) os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado;
- d) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, ou seja, nos discursos especializados;
- e) a variação conceitual e denominativa deve ser considerada;
- f) do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas: i) estão subordinadas a um contexto temático; ii) ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; iii) o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003).

Procurarei, pois, explicitar procedimentos metodológicos de modo a fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto de uma teoria terminológica descritiva de base lingüística.

Dentre os produtos terminológicos possíveis, elegerei o dicionário especializado, já que elaborar um dicionário exige a execução de um conjunto de tarefas seqüenciais bastante complexas, quais sejam: a organização de um *corpus*, a elaboração de um mapa conceitual, o planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas, a redação das definições, a organização do verbete (microestrutura) e a configuração da macroestrutura. As escolhas metodológicas às quais me referi perpassam todas essas etapas.

A seguir, farei o detalhamento de cada uma dessas atividades estabelecendo relações com os postulados teóricos da TCT.

A organização do *corpus*

Considerando os pressupostos gerais da TCT arrolados acima, entende-se que uma pesquisa terminológica fundamentada nessa teoria deva prever, já de início, a organização de um *corpus*.⁴ De acordo com Trask (2004, p. 68), a partir

⁴ Estou empregando o termo *corpus* segundo o conceito de Sinclair: "A *corpus* is a collection of pieces of language text in electronic form, selected according to external criteria to represent, as far as possible, a language or language variety as a source of data for linguistic research" (SINCLAIR, 2005).

de *corpora*, podem-se “fazer observações precisas sobre o real comportamento lingüístico de gente real”, proporcionando “informações altamente confiáveis e isentas de opiniões e de julgamentos prévios sobre os fatos de uma língua”. Por meio de *corpus*, podem-se observar aspectos morfológicos, sintáticos, discursivos, etc. bastante relevantes para uma pesquisa lingüística. Podem-se ainda explicar a produtividade e o emprego de palavras, expressões e formas gramaticais. É possível descobrir fatos novos na língua, não perceptíveis pela intuição (BERBER SARDINHA, 2000). Em resumo, por meio de *corpus*, descreve-se a língua de forma objetiva.

Para organizar um *corpus*, parte-se, inicialmente, da seleção dos textos pertinentes e relevantes para a pesquisa, bem como dos gêneros aos quais eles pertencem. A definição prévia do tipo de *corpus* a ser compilado é fundamental, para tanto, há que se cumprir um conjunto de requisitos de forma a garantir a validade e a confiabilidade do *corpus* que servirá à pesquisa em foco. Esses requisitos são: autenticidade, representatividade, balanceamento, amostragem, diversidade e tamanho (KENNEDY, 1998; BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998; RENOUF, 1998; SINCLAIR, 2005).

Tendo em vista que: i) a diferença entre termo e palavra se observa, fundamentalmente, na situação comunicativa; ii) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, e iii) a variação conceitual e denominativa deve ser considerada; é extremamente importante a variação de gêneros textuais para compor o *corpus*.

Há, via de regra, uma grande preocupação com o tamanho do *corpus*, entretanto, um *corpus* médio, porém mais balanceado e diversificado, é muito mais representativo, pois constitui uma amostra mais fiel das possibilidades comunicativas de determinado domínio. Outro aspecto que justifica a variação de gêneros textuais é a necessidade de encontrar no *corpus*, posteriormente, contextos definitórios ou explicativos para a elaboração das definições. Normalmente, no gênero científico, os especialistas de um domínio redigem seus textos tendo como público-alvo leitores especialistas que não necessitam de explicações ou definições de objetos, maquinário, conceitos, técnicas, etc. As glosas, portanto, estão ausentes desse gênero de texto. Encontram-se contextos definitórios ou explicativos nos gêneros científico de divulgação e instrucional (apostila, livro-texto, manual, por exemplo). Portanto, mesmo em se tratando de uma pesquisa terminológica, o *corpus* deve ser balanceado e diversificado, contendo, pelo menos, textos dos gêneros: técnico-científico, científico de divulgação e instrucional.

Além da seleção dos textos, há outros aspectos que devem ser planejados *a priori*, tais como: a compilação e a manipulação dos textos, a nomeação dos arquivos e a geração de cabeçalhos, a proteção da identidade dos autores e

pedidos de direitos de uso dos textos (para os *corpora* que ficarão disponíveis na Web, por exemplo), os padrões de anotação (para os *corpora* anotados), os métodos de extração de termos (estatístico, lingüístico ou híbrido) e as formas de disponibilização do *corpus*, quando for o caso. Esses aspectos, embora relevantes, não serão tratados aqui.

Após a organização do *corpus*, extraem-se os candidatos a termos. Para seu estatuto de termo ser confirmado, os candidatos precisam ser validados por um especialista. Após a validação, os termos são inseridos no mapa conceitual.

A elaboração do mapa conceitual

Como já foi mencionado, para a TCT as unidades terminológicas ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; e o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003). Portanto, torna-se imprescindível a elaboração de um mapa conceitual em projetos terminológicos que visam ao desenvolvimento de dicionários.

O mapa conceitual deve ser organizado preliminarmente ou concomitantemente à extração dos termos, já que à medida que os termos vão sendo obtidos é que se pode ter uma visão real de quais serão os campos nocionais que deverão integrar o mapa conceitual.

O mapa deve ser elaborado pelos terminólogos com assessoria dos profissionais da área-objeto. Na pesquisa terminológica, o mapa conceitual é fundamental para: 1) possibilitar uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade; 2) circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, foram previamente consideradas; 3) delimitar o conjunto terminológico; 4) determinar a pertinência dos termos, pois separando cada grupo de termos pertencente a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são;⁵ 5) prever os grupos de termos pertencentes ao domínio, como também os que fazem parte de matérias conexas; 6) definir as unidades terminológicas de maneira sistemática e, finalmente; 7) controlar a rede de remissivas (TERMCAT, 1990; ALMEIDA, 2000).

Após a validação, obtêm-se os termos considerados relevantes, que deverão encabeçar, cada um, uma ficha terminológica. Passa-se, então, ao preenchimento das fichas.

⁵ Essa tarefa deve ser realizada da seguinte maneira: selecionam-se determinados campos nocionais do mapa conceitual e pede-se que cada assessor assinala os termos considerados semanticamente relevantes em cada campo. A esse modo de selecionar termos denominamos critério semântico. Há que se ressaltar que esse critério é indispensável quando não se utiliza a extração automática de termos, em projetos cujo *corpus* não está em formato eletrônico.

O planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas

O preenchimento das fichas é uma etapa imprescindível numa pesquisa terminológica, pois a ficha constitui-se num verdadeiro dossiê do termo, contendo toda a sorte de informações que se mostrarem pertinentes para a pesquisa em foco. Daí a razão de ela ser planejada logo no início do trabalho. Importa mencionar que não há um modelo ideal de ficha terminológica, cada ficha deve refletir as necessidades do projeto, isto é: “para quê” e “para quem” se faz determinado dicionário. Isso auxilia o terminólogo a prever quais campos deverão constar do protocolo de preenchimento da ficha terminológica.⁶

Considerando que a TCT postula uma abordagem semasiológica, o que deve orientar a abertura de cada ficha é o termo e não o conceito. O que significa que cada ficha pode comportar campos de equivalências em outras línguas, variantes e sinônimos, por exemplo.

Embora o campo da definição e da informação enciclopédica estejam previstos na ficha, eles são preenchidos somente após a complexa e custosa tarefa de redação tanto da definição quanto da informação enciclopédica.

A redação das definições

Se, do ponto de vista cognitivo, a TCT estabelece que as unidades terminológicas estão subordinadas a um contexto temático, então os termos devem ser definidos respeitando-se esse contexto, ou seja, deve-se circunscrever a significação do termo ao domínio delimitado no projeto terminológico.

Para a elaboração da definição terminológica, parte-se da busca por contextos explicativos e definitórios no próprio *corpus* e também na base definicional. A base definicional constitui-se num repositório de excertos definitórios e/ou explicativos referente ao termo, compilados de diversas e variadas fontes⁷ que não estejam contempladas no *corpus*. A base definicional tem o formato de uma

⁶ Um exemplo de ficha bastante completa pode conter os seguintes campos: código da ficha, termo, contexto, fonte do contexto, ano, modalidade (escrita ou oral), gênero textual (informativo, científico, científico de divulgação, instrucional, administrativo, etc.), morfologia, sintaxe, variação terminológica, sinônimo, equivalência em língua estrangeira, fonte da equivalência, definição, informação enciclopédica, fontes da definição e da informação enciclopédica, unitermos (termos que aparecem na definição), termos relacionados, área, subárea, data de confecção da ficha, documentador, revisor, data de revisão/atualização, campos revisados pelos especialistas, especialistas consultados. A ficha terminológica pode ser implementada no *Access*, que integra o pacote *Office da Microsoft*, só para citar um programa conhecido de todos.

⁷ Essas fontes podem ser, por exemplo, textos em outros idiomas, não considerados no *corpus*, provenientes de livros, manuais, revistas científicas, ou mesmo dicionários de áreas conexas, dicionários de língua geral, sítios da Internet e demais fontes que se mostrarem úteis para a obtenção de informações pertinentes sobre os termos que serão definidos.

grande tabela contendo quatro colunas, podendo ser implementada no *Microsoft Word* ou no *Microsoft Excel*, só para citar alguns programas acessíveis e conhecidos de todos. Nas quatro colunas estão dispostas as seguintes informações: a) coluna 1: o termo; b) coluna 2: os excertos explicativos ou definitórios extraídos das fontes; c) coluna 3: as fontes a partir das quais os excertos foram obtidos; d) coluna 4: a data da inserção do excerto na base. Como a base tende a ficar um arquivo muito grande, é recomendável que ela seja fragmentada em ordem alfabética, alocando cada letra em um novo arquivo. Com isso, a inserção de excertos se torna mais rápida e a busca mais dinâmica.

A organização da base definicional é uma fase importante do trabalho, já que ela é, além do *corpus*, uma fonte de onde são extraídas as informações para elaborar as definições. Daí a preocupação em inserir uma grande quantidade de informações de qualidade. Como o terminólogo não é um especialista do domínio, tanto a base definicional quanto o *corpus* devem funcionar como guias para orientá-lo no trabalho de redação da definição.

A definição e a informação enciclopédica são tratadas de modo diferente, pois a definição é um campo obrigatório da ficha terminológica e do verbete, a informação enciclopédica não. Além disso, a definição deve seguir padrões terminológicos pré-estabelecidos, o que não ocorre com a informação enciclopédica. Haja vista que esta última acaba sendo um expediente utilizado pelos terminólogos para inserir informações que auxiliam na compreensão do conceito, mas que não são consideradas imprescindíveis, pelo menos não *a priori*.

A tarefa da redação da definição é das mais complexas numa pesquisa terminológica, já que o terminólogo precisa dominar uma multiplicidade de conhecimentos e habilidades. Primeiramente, é fundamental que o pesquisador conheça a área para a qual elabora o dicionário. É necessário, também, que domine aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia enquanto disciplina. Além disso, espera-se que o terminólogo tenha noções de Linguística, posto que são acionados conhecimentos de Linguística Textual, Análise do Discurso e demais subáreas que têm o texto como objeto de estudo, afinal, a definição é, antes de tudo, um texto. Por fim, o pesquisador deve conhecer a língua em que desenvolve o produto terminológico, já que a tarefa de elaboração da definição é um verdadeiro exercício de redação.

Para além das questões textuais, um fator extremamente relevante é a seleção dos traços (ou características) dos conceitos cujos termos serão definidos. Deve-se partir inicialmente do mapa conceitual, que permite a visualização das relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia (PAVEL, 2006; SAGER, 1993).

Assim, selecionam-se os termos de determinado campo nocional e observam-se os seus traços conceituais nos excertos provenientes do *corpus* e da base

definicional, de forma a verificar os traços recorrentes para, então, estabelecer com segurança quais traços são imprescindíveis para a adequada descrição do conceito e em que ordem devem ocorrer no texto final da definição. Por isso, quanto maior o número de excertos para cada termo, melhor. Esse exercício deve ser feito com todos os termos do mesmo campo nocional, com o objetivo de atestar se os traços observados ocorrem com todos ou com a maioria dos termos daquele campo, o que garante uma sistematicidade na redação da definição.

A definição e a informação enciclopédica, depois de redigidas, são analisadas e revistas pelo coordenador do projeto.⁸ Depois dessa revisão, tanto a definição quanto a informação enciclopédica são submetidas aos especialistas de domínio. Somente após a sua aprovação é que ambas são inseridas na ficha terminológica. A partir do preenchimento total da ficha terminológica, elabora-se o verbete, ou microestrutura.

A organização da microestrutura

Cada verbete contém informações sistemáticas (obrigatórias em todos os verbetes) e não-sistemáticas (informações não-recorrentes).

As sistemáticas podem ser, por exemplo:

- entrada;
- classe morfológica, seguida do gênero, para os substantivos, e da transitividade, no caso dos verbos;
- equivalências em língua estrangeira, se for o caso;
- definição (pode haver casos de polissemia, em que um mesmo verbete poderá conter duas ou mais definições; nesse caso, elas aparecerão numeradas);
- contexto;
- remissivas, simbolizadas por “Cf.” (=conferir), que farão referência aos termos constantes da definição (unitermos) e, sempre que for possível, a outro(s) termo(s) afim(ns), ou seja, que mantenha(m) alguma relação semântica com o termo entrada: relação de equivalência semântica, antonímia, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia e termo(s) complementar(es).

⁸ Ressalte-se a importância do *corpus* e da base definicional na revisão, já que o coordenador, muitas vezes, vale-se de ambos para certificar-se se os possíveis problemas no texto são de ordem conceitual ou redacional, pois é possível recorrer facilmente às informações originais.

As informações não-sistemáticas dizem respeito a:

- informações enciclopédicas;
- sinônimos: item importante, em se tratando de uma terminologia descritiva que prevê uma variação denominativa. Dentre as formas sinônimas, a apresentação da definição deve vir junto ao termo de uso mais difundido, com remissões para as demais formas, ainda que o termo mais difundido não seja o termo normalizado;
- indicações de uso para casos de variação socioletal, por exemplo.

Como a variação conceitual deve ser considerada no âmbito da TCT, deve-se prever um tratamento terminográfico para os casos de homonímia e polissemia. A diferença entre homonímia e polissemia pode ser estabelecida por meio do critério semântico da similaridade/dissimilaridade entre os significados estabelecido em Silva (1989), ou seja, a ausência de qualquer conteúdo sêmico ou arquissêmico constatada entre duas ou mais unidades léxicas (campos léxicos diferentes) resultaria em homonímia. E, por oposição, a relação cognitiva e semântica entre os significados envolvidos, com a presença de um conteúdo sêmico ou arquissêmico comum (mesmo campo léxico), resultaria na polissemia (SILVA, 1989).

Sob essa perspectiva, homonímia e polissemia devem ser tratadas da seguinte forma:

- a) para os casos de homonímia, as entradas devem ser separadas e numeradas, já que há dissimilaridade semântica, ou seja, as unidades pertencem a campos léxicos deferentes, como nos exemplos a seguir, retirados do *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* (versão 5.0), 2004:

manga¹

[Do lat. *manica*, 'manga de túnica'.]

Substantivo feminino

1. Parte do vestuário onde se enfia o braço.
2. Filtro afunilado, para líquidos.
3. Qualquer peça de forma tubular que reveste ou protege outra peça.
4. V. *tromba-d'água* (1).
5. V. *mangueira*¹.
6. Parte do eixo dum veículo que se encontra dentro da caixa de graxa e recebe todo o peso do carro.

manga²

[Do lat. **manica* < lat. *manus*, 'exército', 'hoste'.]

Substantivo feminino

1. Hoste de tropas.
2. Grupo, ajuntamento, bando, turma.
3. Guin. Grande quantidade.

manga³

[Do malaiala *manga*.]

Substantivo feminino

1. O fruto da mangueira².
2. Bot. Mangueira².

manga⁴

[Do esp. plat. *manga*.]

Substantivo feminino

1. Bras. AM Parede de cerca que vai da beira até as asas dos currais-de-peixe, perpendicularmente ao rio.
2. Bras. MA Espécie de corredor com paredes de varas, que conduz a um rio ou igarapé e serve para guiar os bois que vão ser embarcados.
3. Bras. CE à BA MG a GO Pastagem cercada onde se guarda o gado.
4. Bras. BA Na rede de pescar denominada *calão*, a parte que fica nas extremidades, onde se puxam as cordas.
5. Bras. RS Cercas divergentes, a partir da porta do curral, que servem para facilitar a entrada, nele, do gado.
6. Bras. RS Linha formada por pessoas a pé ou a cavalo para obrigar o animal a passar por determinado ponto, ou fazê-lo entrar para a mangueira³.

- b) para os casos de polissemia, o termo deve encabeçar o verbete e, dentro dele, as definições devem vir numeradas, pois cada definição representa um conceito. O fato de ambos os conceitos serem apresentados na mesma entrada demonstra a similaridade dos conceitos, ou seja, ambos são entendidos como pertencentes ao mesmo campo léxico. Observem-se os exemplos a seguir, retirados do Dicionário de Revestimento Cerâmico (DiRC):⁹

mistura *s.f.*

mezcla [esp]; *blending* [ing]; *miscela, mescola* [it]

1. Etapa do processo produtivo em que se realiza o agrupamento das várias substâncias que irão compor a massa cerâmica.

Cf. *homogeneização*; *massa cerâmica*; *moagem*; *moagem a seco*; *moagem a úmido*; *peneiramento*; *preparação da massa*.

2. Produto do agrupamento de várias substâncias, resultado da moagem, o qual será prensado para fazer a base da peça cerâmica.

Cf. *argila*; *massa cerâmica*.

decoração *s.f.*

decoración [esp] *decoration* [ing] *decorazione* [it]

1. Etapa do processo de fabricação dos revestimentos cerâmicos em que ocorre a aplicação de desenhos sobre a superfície da placa cerâmica.

Cf. *esmaltação*; *placa cerâmica*; *revestimento cerâmico*; *serigrafia*.

⁹ Dicionário em fase final de elaboração pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm), conferir nota 11, a seguir.

2. Desenho obtido pelo processo de decoração.

Cf. acabamento; decoração (1); engobe; esmalte; serigrafia; superfície; suporte; vidro.

serigrafia *s.f.*

1. Etapa do processo de fabricação dos revestimentos cerâmicos em que ocorre a reprodução de imagens sobre a superfície da placa cerâmica, com o emprego da tela serigráfica.

serigrafia [esp]; silk-screen printing [ing]; decorazione a schermoseta [it]

Cf. decoração; esmaltação; placa cerâmica; revestimento cerâmico; tela serigráfica; tinta serigráfica.

2. Estampa obtida pelo processo de serigrafia.

serigrafia [esp]; silk-screen [ing]; serigrafia [it]

Cf. decoração; engobe; esmalte; serigrafia (1); suporte.

Como se pôde observar, o primeiro conceito expresso nos três verbetes refere-se a etapas do processo de fabricação (=processo), e o segundo conceito reporta-se ao resultado desse processo (=produto).

Note-se que para cada definição pode haver sugestão de remissivas (expressas pela abreviatura “Cf.”) distintas. O mesmo pode se dar com as equivalências. Quando há apenas uma seqüência de equivalências para as duas acepções, significa que nos outros idiomas essa polissemia se mantém (como é o caso dos termos *mistura* e *decoração*). Já com relação à entrada *serigrafia*, uma outra seqüência de equivalências foi apresentada na segunda definição. Observe-se que as equivalências em inglês e italiano são distintas para a segunda acepção. Nesse caso, percebe-se que, nesses dois idiomas, há um outro significante para o conceito expresso na segunda definição.

Como se pôde perceber, mesmo num domínio especializado, o falante utiliza os mesmo recursos oferecidos pelo sistema para nomear a realidade. Assim, é preciso descrever, nos produtos terminológicos, essas peculiaridades da língua. Entretanto, uma questão se impõe: como lidar com essas divergências a ponto de facilitar a comunicação? Com a TCT, é possível dar um tratamento terminográfico para os casos acima descritos, porque no escopo de sua base teórica há espaço para a variação denominativa e conceitual. Se homogeneizar as diferenças implica anular uma ou mais formas de uso, então, é imperativo explicitar essas diferenças a ponto de todos os sujeitos envolvidos em determinada situação de comunicação especializada conhecerem as formas possíveis para que a comunicação se efetue com eficácia. Ao considerar essas diferenças em forma de entradas, definições, remissivas, etc., explicitam-se as diversas formas de dizer existentes nos universos discursivos de um mesmo domínio. Como afirma Finatto (1996):

As melhores perspectivas para uma comunicação especializada de melhor qualidade, em qualquer área do conhecimento, constroem-se também a partir do reconhecimento da naturalidade e inerência da variação terminológica como um tipo de variação linguística. (FINATTO, 1996, p.67)

A organização da macroestrutura

A forma de apresentação de um dicionário especializado pode seguir a orientação sugerida pelo TERMCAT (1990). Embora essa obra tenha sido publicada muito antes da consolidação da TCT, ela serve como diretriz para a organização da macroestrutura de produtos terminológicos.

O TERMCAT (1990) propõe alguns capítulos que antecedem a exposição dos verbetes. A seguir, exponho a seqüência de apresentação desses capítulos acompanhados dos propósitos que cada um deve ter num produto terminológico.

1. Introdução: todo trabalho terminológico deve ser precedido de uma introdução que apresente os objetivos, o método empregado e o conteúdo do trabalho. É conveniente que se faça, na introdução, uma subdivisão dos assuntos a serem tratados, a saber:

- a) campo de trabalho – neste item, deve-se fazer uma breve explanação:
 - do domínio e eventual subdomínio compreendidos no trabalho;
 - do âmbito de difusão e do público-alvo;
 - da situação terminológica em que se encontra a referida área.
- b) características – aqui se devem explicitar as características que particularizam o trabalho, isto é, se a obra é monolíngüe, monolíngüe com equivalências, bilíngüe ou multilíngüe. Cada uma dessas opções deve ser plenamente justificada. Outra informação que deve constar desse item é a forma de organização dos verbetes, ou seja, se segue a ordem alfabética ou a ordem sistemática.¹⁰
- c) Metodologia de elaboração – neste item, apresentam-se todas as informações relativas a:
 - fases do trabalho;
 - critérios utilizados para a seleção dos termos;

¹⁰ A ordem sistemática é aquela em que os verbetes são apresentados obedecendo a organização do mapa conceitual, ou seja, os verbetes são agrupados segundo o campo nocional a que pertencem, por exemplo, todos os verbetes relacionados à matéria-prima, depois todos aqueles relativos a processos de fabricação, e assim sucessivamente.

- equipe que participou da elaboração do trabalho, dando relevo para os especialistas colaboradores, já que isso faz aumentar a credibilidade junto ao público-alvo.
- d) conteúdo dos verbetes – deve-se explanar tudo o que particulariza a microestrutura, ou seja, todas as informações que constam dos verbetes, tanto as informações sistemáticas (obrigatórias em todos os verbetes) quanto as não-sistemáticas (informações não-recorrentes).
- e) forma de consulta – nesse item, apresentam-se a forma de consulta bem como as abreviaturas utilizadas. Esse item é fundamental, sobretudo para os trabalhos terminológicos que seguem a ordem sistemática.

2. Mapa conceitual: se a opção de apresentação dos verbetes for a ordem sistemática, é necessário expor, antes dos verbetes, o mapa conceitual do domínio. É um capítulo essencial, já que a ordem dos campos em que serão apresentados os verbetes deve coincidir com os campos nocionais exibidos no mapa conceitual.

3. Apresentação dos verbetes: é neste capítulo que se inicia a apresentação dos verbetes propriamente dita. Se por acaso a opção for pela ordem sistemática, é necessário inserir o número de ordem do termo como informação obrigatória em cada verbete, para que os termos possam ser encontrados por um consulente que desconheça a organização conceitual da área.

4. Índice alfabético dos termos: esse índice é indispensável num trabalho terminológico que tenha uma organização sistemática, já que o termo pode ser encontrado independentemente de o consulente saber o campo nocional a que o termo pertence.

5. Índice alfabético de equivalências: esse índice permite que o usuário encontre o termo mesmo partindo dos termos em língua estrangeira, para aqueles produtos monolíngües com equivalências, bilíngües ou multilíngües.

6. Bibliografia: esse item deve abranger as referências utilizadas para a elaboração das definições e informações enciclopédicas, podendo ser subdividido em:

- obras lexicográficas – constam aqui todos os dicionários de língua geral como também enciclopédias;
- obras terminológicas – aqui devem ser apresentados todos os dicionários e/ou glossários da área de especialidade;
- obras especializadas – neste item, devem constar todas as obras técnico-científicas, manuais, teses e demais referências que compuseram o *corpus* e a base definicional.

Após alguns testes realizados junto a futuros consulentes de dicionários especializados em elaboração junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm),¹¹ constatou-se que a ordem sistemática não é a mais eficiente, embora seja a mais recomendada nos manuais de Terminologia. Durante esses testes, os consulentes não conseguiram encontrar os verbetes que buscavam, necessitando de explicações do monitor que aplicava o teste. Duas justificativas para isso podem ser: primeiro, historicamente, a ordem alfabética é a mais conhecida de todos usuários de dicionários, fazendo com que muitas pessoas que consultam dicionários sequer conheçam uma outra ordem de organização que não seja a alfabética; segundo, os usuários não têm por hábito ler a introdução dos dicionários, o que, conseqüentemente, dificulta a consulta quando os verbetes estão dispostos de uma maneira diferente daquela a que estão acostumados.

Se a comunicação especializada constitui uma das maiores preocupações da TCT,¹² o terminólogo precisa considerar essa realidade no momento de organizar a macroestrutura do dicionário. Assim, se seu público-alvo não compreende a ordem sistemática, minha sugestão é que o dicionário seja organizado de acordo com a ordem alfabética, mantendo-se a apresentação do mapa conceitual, de forma que o consulente possa fazer buscas de maneira rápida e também observar, ou mesmo conhecer, as relações conceituais entre os termos que procura.

Considerações finais

Procurei expor, neste artigo, procedimentos metodológicos a serem adotados durante um projeto terminológico, de modo a fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto da TCT, uma teoria terminológica descritiva de base lingüística. Revisitei os princípios fundadores da TCT e procurei vinculá-los a uma prática terminológica coerente. Para tanto, elegi como cenário ideal o dicionário especializado, produto terminológico que exige o cumprimento de uma seqüência de etapas fundamentais cujas escolhas metodológicas são capazes de revelar a orientação teórica escolhida.

Percorri desde a elaboração do *corpus* até a organização da macroestrutura, chamando a atenção para os aspectos teóricos da TCT.

¹¹ O GETerm está localizado no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, SP) e integra o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Tem como objetivos: 1) estudar conteúdos pertinentes à Terminologia, Terminografia e Terminótica; 2) desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em língua portuguesa, tais como: glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais, de modo a facilitar a comunicação especializada entre os indivíduos.

¹² Observe-se que o nome é Teoria Comunicativa da Terminologia, o que coloca a *comunicação* em evidência.

Demonstrei que uma pesquisa terminológica fundamentada na TCT deva prever, já de início, a organização de um *corpus*, afinal de contas: i) o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos; ii) a abordagem é semasiológica; iii) a diferença entre termo e palavra se observa, fundamentalmente, na situação comunicativa; iv) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência; v) os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado.

É imprescindível a elaboração de um mapa conceitual, uma vez que, do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas ocupam um lugar preciso numa estrutura de conceitos; e o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nessa estrutura (CABRÉ, 2003).

Deve-se fazer um planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas de forma que elas reflitam as necessidades e particularidades do projeto em pauta, lembrando que numa pesquisa cuja abordagem é semasiológica, o que deve orientar a abertura de cada ficha é o termo e não o conceito, o que significa que cada ficha pode comportar campos de equivalências em outras línguas, variantes e sinônimos, por exemplo.

Com relação à redação da definição, importa reforçar que as unidades terminológicas devem ser definidas respeitando-se o contexto temático ao qual elas estão subordinadas, como estabelece a TCT; isso requer que a significação do termo seja circunscrita ao domínio delimitado no projeto terminológico.

Na organização da microestrutura, para além das informações obrigatórias e não-obrigatórias em cada verbete, deve-se prever um tratamento terminográfico adequado para a variação denominativa e conceitual, previstas na TCT. Em outras palavras, os casos de sinonímia (e demais variações no nível do significante), homonímia e polissemia devem receber tratamento apropriado.

Finalmente, no que se refere à macroestrutura, a forma de apresentação do dicionário sugerida por manuais de Terminologia abalizados deve ser conciliada com as necessidades e expectativas reais do público-alvo do dicionário, de forma a garantir sempre uma das maiores preocupações no âmbito da TCT, qual seja: a melhoria da comunicação especializada.

Para finalizar, é preciso reforçar que o método legitima a teoria, portanto, ao eleger uma teoria descritiva de base linguística como a TCT, há que se fazer determinadas escolhas metodológicas de modo a ser coerente com a teoria de base. Essas escolhas acabam por confirmar que a TCT forma um corpo teórico-prático coerente, oferecendo condições satisfatórias para a geração de produtos terminológicos.

Agradecimentos

Sou eternamente grata à Profa. Maria Tereza Camargo Biderman que, com sua profunda sabedoria sobre o léxico (geral e especializado), apresentou-me à Terminologia, orientou minha trajetória nas Ciências do Léxico e semeou em mim a paixão pelos dicionários.

ALMEIDA, G. M. B. The Communicative Theory of Terminology and its Practice. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.85-101, 2006.

- **ABSTRACT:** *The Communicative Theory of Terminology (CTT) has been used in Brazil as the theoretical reference of a number of research projects on terminology. However, a closer look at the methodology adopted by those projects reveals that their theoretical orientation does not always comply with the CTT's principles. This paper revisits the fundamental principles of the CTT and aims to relate them to a coherent terminological practice. This has been done by compiling a specialized dictionary, regarded here as the ideal scenario for pursuing this line of research. This paper presents all methodological procedures for compiling the dictionary, namely: corpus compilation, development of a conceptual map, planning of the procedures for completing terminological records, writing of definitions, organization of entries and design of its macro-structure. All these stages are described in detail aiming at establishing a stronger link between theory and practice within the context of CTT, which is seen here as a linguistic-based theory of descriptive terminology. The study concludes that by making the suitable methodological choices one is ultimately able to make terminological practice coherent with the principles behind CTT.*
- **KEYWORDS:** *Communicative Theory of Terminology; descriptive terminology; terminography; specialized dictionary.*

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. M. B. *Teoria comunicativa da terminologia: uma aplicação*. 2000. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

BERBER SARDINHA, T. Histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, v.16, n.2, p.323-367, 2000.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. *Corpus linguistics: Investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

_____. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, v.9, n.2, p.163-200, 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio século XXI: dicionário eletrônico versão 5.0*. Curitiba: Positivo, 2004.

FINATTO, M. J. B. Unidade e variação na língua portuguesa: a variação em terminologia. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.15, p.64-68, 1996.

KENNEDY, G. *An introduction to corpus linguistics*. London: Longman, 1998.

O PAVEL: curso interativo de terminologia. Disponível em: <http://www.termium.gc.ca/didacticiel_tutorial/portugues/lecon3/page3_5_3_p.html>. Acesso em: 15 ago. 2006.

RENOUF, A. (Ed.) *Explorations in corpus linguistics*. Amsterdam: Rodopi, 1998.

SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Tradução de Laura C. Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1993.

SILVA, A. S. Homônimas e polissemia: análise sêmica e teoria do campo léxico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA ROMÂNICA, 19, 1989, Santiago de Compostela. Comunicação oral.

SINCLAIR, J. Corpus and text: basic principles. In: WYNNE, M. (Ed.) *Developing linguistic corpora: a guide to good practice*. Oxford: Oxbow Books, 2005. p.1-16. Disponível em: <<http://ahds.ac.uk/linguistic-corpora/>>. Acesso em: 30 out. 2006.

TERMCAT. Centre de Terminologia. *Metodologia del treball terminològic*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1990.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia consultada

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRIEGER, M. G.; BEVILACQUA, C. R. A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. *Debate Terminológico*, v.1, mar/2005. Disponível em: <<http://www.riterm.net/revista>>. Acesso em: 01 ago. 2006.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

